

CARTOGRAFIA E QUILOMBOS: TERRITÓRIOS ÉTNICOS AFRICANOS NO BRASIL¹

Rafael Sanzio Araújo Dos Anjos²

pp 337-355

Introdução

Uma das questões estruturais relacionada à forma de assimilação e incorporação das matrizes culturais africanas no Brasil, que continua merecendo investigação e conhecimento, diz respeito aos aspectos geográficos da África e suas relações com a formação do nosso território. Nessa direção, configura-se uma necessidade de recuperação, resgate e divulgação das informações e referências que possam permitir a construção de um perfil do continente africano e da população brasileira de ascendência africana. Um primeiro ponto de partida é o estabelecimento e reconhecimento de outras perspectivas para uma compreensão do tráfico, da escravidão, da diáspora e da tecnologia africana como elementos formadores e estruturadores da configuração do mundo contemporâneo. Preconizamos que essas questões estruturais são fundamentais para se compreender, ter respeito e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no Brasil.

O esquecimento das comunidades descendentes de antigos quilombos, sítio geográfico estratégico onde se agrupavam, principalmente,

¹ Este artigo é uma versão ampliada e atualizada da palestra "Cartografia Étnica: A África, o Brasil e os Territórios dos Quilombos", proferida no VI Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Brasil (ANPEGE), realizado na cidade Fortaleza – Ceará – Brasil, no período de 28 a 30 de setembro de 2005.

² Geógrafo, Doutor em informações espaciais (epusp-br/ird-fr), Prof. adjunto do depto. de Geografia/Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília.

povos de referência africana, mas, também, índios e descendentes de europeus excluídos da sociedade, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autosustentáveis e com forte organização territorial, constitui uma das questões emergências e estruturais da sociedade brasileira atual. É inconcebível realizarmos leituras do nosso território, de dimensões continentais e diversidade étnica particular, sem contemplar a geografia dos quilombos.

Neste breve ensaio buscamos auxiliar na ampliação das reflexões sobre os aspectos da geografia africana e seu impacto na formação do território e do povo brasileiro. Assim como trazer à luz as questões geográficas fundamentais que tornam as comunidades tradicionais quilombolas, territórios de resgate e manutenção das heranças africanas que fazem parte do Brasil.

Utilizamos, como ferramenta básica de trabalho, os recursos das imagens cartográficas pela sua possibilidade de ser eficiente no conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos e contemporâneos. É importante lembrar que os dados geográficos se tornam mais significativos e possibilitam construções analíticas mais completas quando observados num contexto espacial, assim como a ferramenta cartografia constitui um meio poderoso e eficaz no vasto universo da comunicação visual da informação geográfica (Anjos, 1997).

Por outro lado, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas que a cartografia para explicar o momento histórico do espaço geográfico. Não podemos perder de vista que um mapa não é o território, mas nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que esta acontecendo e do que poderá acontecer no território

Este trabalho faz parte de uma das etapas desenvolvidas no **Projeto Geografia Afro-Brasileira**, que está sendo desenvolvido no **Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)**, do **Departamento de Geografia da Universidade de Brasília**.

Com essas referências e estruturação sintética, este *paper* busca contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que o conhecimento do continente africano, a educação geográfica, os quilombos e a questão racial no Brasil sejam tratados com mais seriedade.

A geografia e o território étnico

A geografia é a ciência do território e este componente básico continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu – porque apresenta as marcas da historicidade espacial – do que está acontecendo – porque, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual – e do que pode acontecer, – porque é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. Não podemos perder de vista que é essa a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial.

Nesse sentido, essa disciplina assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural no processo de ensino, planejamento e gestão, principalmente no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais que convivem no espaço nacional, assim como permite apontar as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, possibilitando um contato com um Brasil de uma geografia complexa, multifacetada e cuja população não está devidamente conhecida.

O território é, na sua essência, um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, onde geralmente a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política, social, econômica e territorial.

O território africano, componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel da população de ascendência africana na sociedade brasileira, não pode deixar de

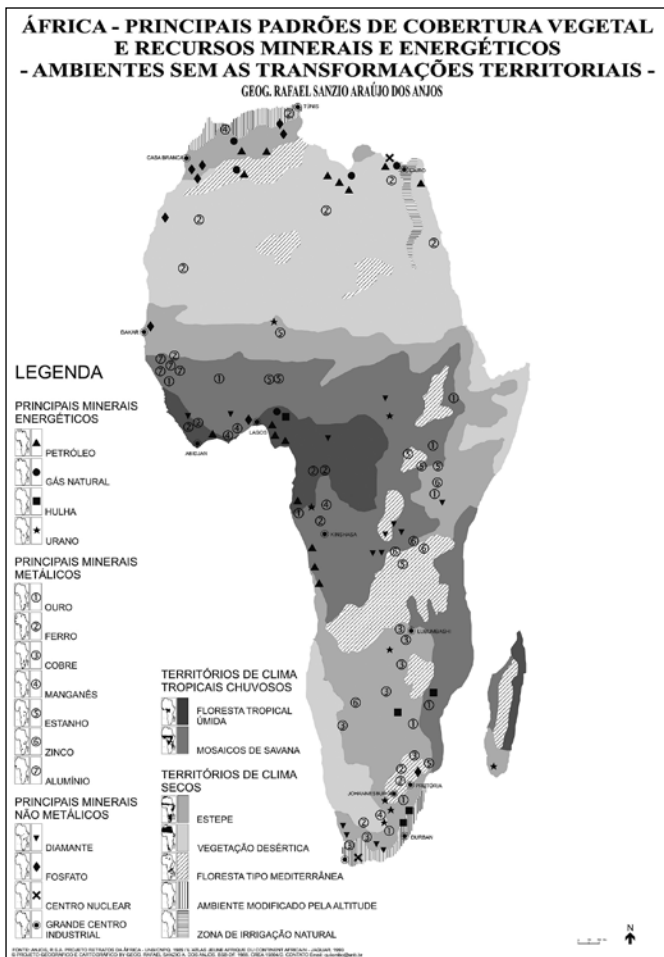
ser entendido como um espaço produzido pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades, contradições e apropriação que esta e outras sociedades fizeram, e ainda fazem, dos recursos da natureza. Alguns aspectos da geografia da África são tratados no item a seguir.

Um pouco da geografia africana

É importante apontar que o continente africano foi o centro dos interesses mundiais, profundamente marcada por vários séculos de opressão, presenciando gerações de exploradores, de traficantes de escravos, de missionários, de negociantes de mercadorias de várias naturezas, de saques tecnológicos e de materiais de relevância dos seus grupos étnicos. Enfim, de seres humanos de toda a ordem que acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador europeu e de homens ditos indolentes. Essa imagem que foi sendo ampliada não considerava os processos históricos como fatores modeladores da organização social, mesmo diante dos elementos da natureza. Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à historiografia africana em todas as histórias da humanidade.

Por possuir a maior parte do território na zona intertropical, a África é o continente mais uniformemente quente do planeta. Esse calor faz-se acompanhar de seca, crescente em direção aos trópicos, ou de umidade, geralmente mais elevada nas baixas latitudes. O **mapa 1** revela os grandes padrões de vegetação desse continente, destacando os espaços desérticos no norte e no sul. Este mapa temático revela, também, a distribuição dos recursos minerais e energéticos, informação básica para compreendermos a cobiça pela dominação territorial que se processou, de forma secular, no continente africano. A expressão geográfica da riqueza mineral da África é um dos fios condutores básicos para a compreensão do interesse e da exploração mais intensa em algumas partes do continente e, também, da(s) sua(s) importância(s) em determinado momento histórico.

Mapa 1



Fonte: Anjos, R.S.A. Projecto retratos da África – UNB/CNPQ. 1989/L'Atlas jeune Afrique ou continent Africain – Jaguar 1993

Protegida por dois oceanos, um imenso deserto e um litoral não muito hospitaleiro, a África permaneceu por séculos fora das rotas comerciais. O isolamento nunca foi completo, o oceano Índico favoreceu o contato entre a África Central e o sul da Ásia, assim como o extremo norte da África sentiu as influências do mundo mediterrâneo. Esse deserto atuou como uma espécie de filtro natural, limitando a penetração de influências do mundo europeu.

Povos árabes, indianos, chineses e outros do Oriente há muito mantinham relações comerciais e miscigenavam-se com os povos africanos. No entanto, as estruturas sociais mesclaram-se sem provocar rupturas violentas nas sociedades africanas. Com os povos europeus isto não aconteceu. O europeu hostilizou a imagem dos trópicos, até o ponto de firmar teorias errôneas de que as realizações humanas são limitadas pelo clima tropical.

Reconhece-se hoje que dentre os principais fatores que fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava jamais imaginada pelo homem, foi a tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros, construtores, mineradores e detentores das mais avançadas tecnologias dos trópicos. Outro fator, que justificava para o europeu a substituição do índio pelo africano como escravo colonial, era que, trocando na África produtos manufaturados por homens cativos e na América estes por mercadorias coloniais, as classes dominantes das metrópoles da Europa apropriavam-se mais facilmente das riquezas produzidas no Brasil. Esse jogo de trocas imprimiu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e levou, estrategicamente, à distribuição indiscriminada das populações africanas de diferentes “reinos e nações”, nos territórios da América.

Uma das conseqüências geográficas mais graves da diáspora africana é a desestruturação dos antigos Estados políticos do continente, componente fundamental para a compreensão da amplitude das formas de organização social, política e territorial dos povos africanos. O que chamamos aqui de “reinos e nações” são núcleos de domínio com limites e fronteiras bastante fluidos, que alcançam maior ou menor extensão territorial segundo o nível de autoridade e dinamismo dos governantes. Essas expressões não designam, portanto, um Estado político nos padrões ocidentais, caracterizados por fronteiras rígidas e limites precisos. Os impérios e os reinos representados no **mapa 2** não retratam graficamente a complexidade das organizações políticas africanas, pretendemos, apenas, mostrar a diversidade de unidades territoriais e a distribuição espacial das formações políticas que figuram com mais evidência na historiografia africana até o século XIX, dentro dos limites oferecidos pelas fontes. É oportuno repetir a observação, já feita por vários estudiosos, de que a África oferece uma oportunidade única para a reconstituição do modo

É importante marcar decisivamente, que os povos africanos não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava, eles marcaram (e marcam), de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural. Ao longo desses séculos, esta influência foi preservada e recriada, mesmo com políticas contrárias ao sistema. Os povos de matriz africana são os responsáveis pela adequação, nos trópicos, das técnicas pré-capitalistas brasileiras, nomeadamente em áreas como a mineração, a medicina, a nutrição, a agricultura, a arquitetura e a construção.

Existem vários obstáculos criados pelo sistema ao desempenho da população de referência africana na sociedade brasileira. Entretanto, do ponto de vista geográfico, podemos destacar a inferiorização do continente africano no processo de ensino. Primeiro, são os livros didáticos, que ignoram o povo africano e o brasileiro com matriz na África, como agentes ativos da formação territorial e histórica do país. Em seguida, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades brasileiras de referência africana e seus valores tem como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva, nem dar referência à sua verdadeira territorialidade no Brasil e, sobretudo, na África. Nos livros didáticos de Geografia Geral e principalmente nos Atlas Geográficos, o continente africano está colocado na parte final das publicações; geralmente com um espaço de conteúdo a ser transmitido/trabalhado bem menor que os outros blocos continentais. Verificamos, ainda, que não existe uma lógica de distribuição dos continentes nos sumários desses tipos de publicações, ou seja, como a ordem alfabética não é respeitada, a África é geralmente o último a ser estudado. O dano se agrava porque o tempo escolar já é curto para as demandas da escola e para o cumprimento do seu programa, dessa forma o continente não é estudado.

Aí esta, mais uma das questões estruturais que nos possibilita entender a desinformação geográfica da população brasileira sobre a África. Verificamos aí um paradoxo estrutural no sistema escolar, uma vez que o continente africano, como berço do ser humano, deveria ser estudado em primeiro lugar. De alguma forma, a significativa maioria dos educadores esquecem esta informação fundamental, que colocaria a África como o primeiro nos índices dos compêndios educacionais.

Tomemos como referência, que a África é a base territorial principal para explicar os movimentos humanos de dispersão, migração, adaptação aos outros blocos continentais ao longo dos tempos.

Não podemos perder de vista que essa exclusão da geografia da África e o aparente desaparecimento das populações de referência africana no Brasil, principalmente dos livros didáticos, faz parte da estratégia de branqueamento e inferiorização das matrizes étnicas africanas da população brasileira.

Uma outra referência perversa criada no processo de educação no Brasil é a forma de abordagem dada aos quilombos. É como se estes não fizessem mais parte da vida do país. A historiografia brasileira, só recentemente, está passando a se referir aos quilombos como se não fossem algo do passado. Um breve panorama dos contextos geográficos dos territórios dos antigos quilombos e das atuais comunidades quilombolas no país são tratados no item a seguir.

O espaço dos quilombos no Brasil – uma introdução

É importante não perder de vista que existiram várias formas de inserção na ocupação territorial das populações de origem africana durante o sistema escravista no Brasil. São três as principais referências: o espaço das senzalas nas fazendas, o do “fundo” das residências (áreas urbanas) e os territórios dos quilombos. Este último vai se configurar como o fato espacial mais expressivo; distribuído por quase todo o território brasileiro, era principalmente aí, nos Quilombos, que se agrupavam os povos africanos e seus descendentes escravizados que se rebelavam contra o sistema vigente, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas. O quilombo foi uma reconstrução e elaboração concreta de um tipo de território africano no “novo espaço” denominado Brasil. O **mapa 3** mostra a distribuição espacial dos grandes quilombos existentes no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, assim como as áreas de concentração dessas organizações espaciais. É importante notar que as regiões de maior concentração e importação de escravos, que constituem os espaços de desenvolvimento dos vários ciclos econômicos, corresponderão aos espaços de maior incidência de registros dos quilombos.

As relações dos povos africanos e seus descendentes dentro do sistema escravista são marcadas sistematicamente por tensões e conflitos. As rebeliões urbanas constituem registros significativos que fazem parte da história de cidades importantes como Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre, São Luís, Belém, Rio de Janeiro, dentre outras. A espacialização das ocorrências das principais revoltas e insurreições com participação de povos de referência africana pulverizadas pelo país durante o sistema escravista está representado, também no **mapa 3**. Este documento cartográfico nos reafirma a dimensão territorial significativa das várias formas de resistências desses povos no Brasil.

Mapa 3



Fonte: Base cartográfica IBGE 1997.

Projecto cartográfico e adaptação historiográfica by Geog. Rafael Sanzio A. dos Anjos, Brasília - Distrito Federal - 2000

Mesmo passado mais de um século da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continuam a se referir ao povo negro escravizado e aos quilombos sempre no passado, como se esses não fizessem mais parte da vida do país. Mesmo não sendo ainda assumida devidamente pelo Estado, a situação precária dos descendentes de quilombos no Brasil é uma das questões estruturais da sociedade brasileira, uma vez que, além da falta de visibilidade territorial e social, essa questão é agravada pelo esquecimento verificado na história oficial.

No Brasil os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombola” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável, que só recentemente passaram a ter atenção do Estado e ser do interesse de algumas autoridades e organismos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios de cerâmica e palha, os dialetos, a relação sagrada com o território, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e de técnicas de referência tropical. Poderíamos dizer que sobrevivem no Brasil contemporâneo, “pedaços seculares de territórios africanos” fundamentais para o entendimento da territorialidade complexa, multifacetada e diversa do país.

As comunidades descendentes de antigos quilombos emergiram e estão presentes nesse momento histórico, apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e dentro das demandas das políticas afirmativas e de reparação social do país e, principalmente, nos revelam que não foram poucos os sítios quilombolas formados durante a escravidão no território brasileiro. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (Conaq) e de uma rede de entidades negras organizadas e representativas, com ações desde os anos 1980 em todo o Brasil.

As ações governamentais também assumem importância vital nesse processo. Uma das mais importantes é o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que

assim dispõe: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos*, Outra ação relevante é o estabelecimento, em 2003, do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) na condução oficial dos processo de demarcação e titulação dos territórios quilombolas.

Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos do setor decisório, é possível constatar, de uma forma quase que estrutural, que a situação das comunidades descendentes de quilombos no Brasil tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema brasileiro e a demarcação e titulação dos territórios ocupados. Essa problemática tem componentes mais políticos e sociais, do que antropológicos. Poderíamos complementar um pouco mais essa constatação apontando a continuidade da falta de informação sistematizada e de visibilidade espacial, assim como, as disputas e os conflitos institucionais por espaço para a condução das questões de interesse das comunidades descendentes dos quilombos, como fatores que dificultam as resoluções dos seus problemas.

Do ponto de vista geográfico, dos pontos estruturais que ainda permeiam a situação das comunidades quilombolas no Brasil, destaca-se a carência de informações sistematizadas referentes à distribuição desses sítios no território. As estimativas são inconsistentes, divergentes e são poucas as pesquisas direcionadas para investigar a questão com essa abordagem. Em 1997, iniciamos uma coleta e sistematização de dados referentes ao nome da comunidade quilombola e seu município de localização, junto a três segmentos básicos: universidades públicas do país, organismos dos governos estaduais e da esfera federal, e as entidades negras representativas, principalmente o MNU. Desse processo de trabalho, fechado em 1999, resultou o primeiro cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil. Nesse primeiro mapeamento foram sistematizados 840 (oitocentos e quarenta) registros municipais que serviram e ainda tem atendido a muitas demandas governamentais.

Em 2003, iniciamos o trabalho de atualização do referido cadastro. A formação da base informacional buscou três premissas: corrigir

aspectos da toponímia dos registros já sistematizados, excluir comunidades a partir de documentação escrita fornecida e acrescentar as outras ocorrências informadas. Esse processo de coleta e sistematização dos dados foi formado a partir das seguintes referências: informações do conjunto das entidades negras representativas; dados oriundos de organismos oficiais, principalmente o Incra (MDA) e a Fundação Cultura Palmares (MINc); e, finalmente, pesquisas realizadas pela Rede dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) das universidades do país. Nessa segunda configuração espacial, o mapeamento tem registrado 2.284 (duas mil duzentas e oitenta e quatro) comunidades quilombolas com ocorrências informadas.

O **mapa 4** mostra a distribuição geral dos municípios com ocorrência no país, apontando alguns aspectos importantes:

1. a significativa visibilidade espacial provocada pelo destaque nos municípios com registro desses territórios étnicos brasileiros, que tem dentre os seus problemas estruturais a questão da titulação dos seus espaços, sistematicamente ameaçados pelo sistema;
2. as comunidades quilombolas estão presentes, com exceção de Roraima, Acre e Distrito Federal, em todas as unidades políticas.
3. a extensão territorial com início em Minas Gerais, passando pela Bahia, Maranhão e Pará, assume importância particular em razão da elevada concentração de registros.
4. as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul são extremamente importantes, pelo desenvolvimento dos diferenciados ciclos econômicos, o que nos auxilia no entendimento da distribuição espacial e na concentração em determinados espaços do país.
5. O Mato Grosso, o Amapá e o Rio Grande do Sul apresentam registros nas suas fronteiras com outras unidades políticas internacionais, Bolívia, Uruguai e Guiana Francesa. Esse fato espacial também indica a necessidade de alargarmos a compreensão espacial da extensão dos territórios quilombolas além das fronteiras do Brasil (ver o **gráfico 1** com a estatística básica do mapeamento).

Mapa 4

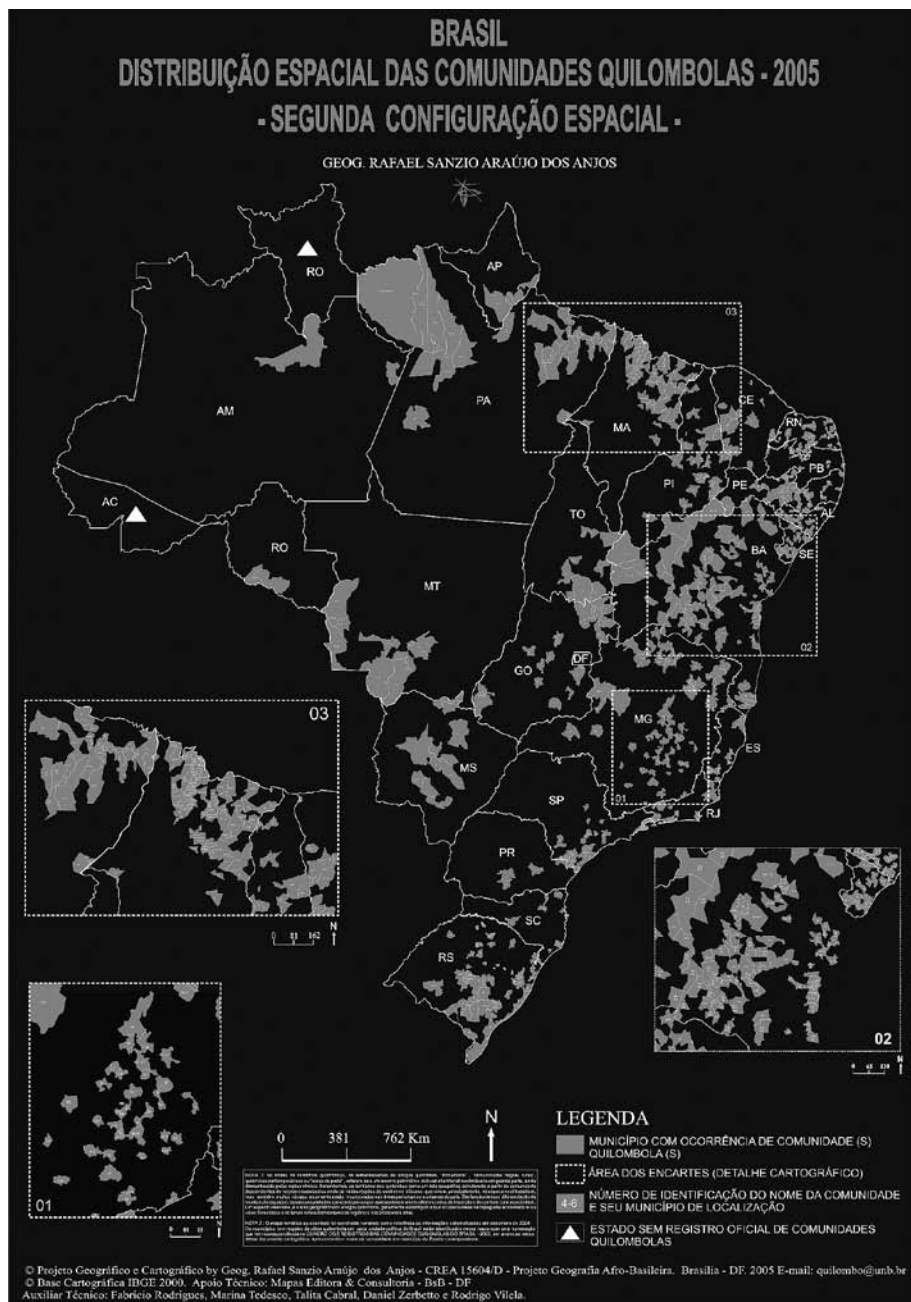
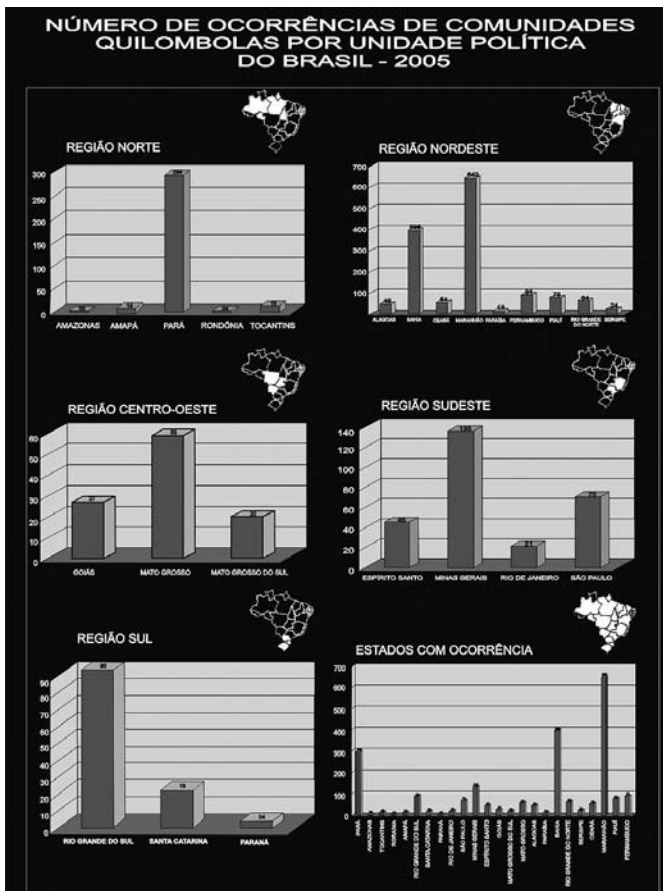


Gráfico 1



Fonte: Anjos, R.S.A. Território das comunidades Quilombolas do Brasil – Segunda configuração espacial. Mapas Editora & Consultadoria, Brasília 2005.
 Projecto geográfico e cartográfico by Geogr. Rafael Sanzio Araújo dos Santos.
 CREA 15604 D. Projecto geografia Afro-Brasileira – Centro de Cartografia Aplicada e informação Geográfica – GEA – IH- UnB Auxiliares Técnicos: Fabricio Alves/Marina Tedesco/Talita Cabral/Rodrigo Vilela/Daniel Zerbetto – GEA UnB

Referente às principais estruturas sócio-históricas-territoriais de formação e origem das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, destacamos os seguintes contextos:

1. ocupação de fazendas falidas e/ou abandonadas;
2. compras de propriedade por escravos alforriados;
3. doações de terras para ex-escravos por proprietários;

4. pagamento por prestações de serviços em guerras oficiais;
 5. terrenos de ordens religiosas deixadas para ex-escravos;
 6. ocupações de terras sob o controle da Marinha do Brasil;
 7. extensões de terrenos da união não devidamente cadastrados.
- Essas são apenas algumas das principais situações das terras que constituem o “pano de fundo” dos conflitos para demarcação e regularização fundiária desses territórios.

Considerações finais e recomendações

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos:

- Que a questão do desconhecimento da população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais agressiva e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. O brasileiro não pode mais ficar achando que a África é um país; nem tão pouco achar que somente existem doenças; seres humanos e culturas primitivas; espaços para safári e animais exóticos, etc. O dano principal dessa informação errônea é auxiliar na manutenção de uma população preconceituosa às referências africanas;
- Que a questão das comunidades quilombolas no território brasileiro não pode ser tratada mais com ações pontuais e esporádicas, e nem atrapalhada por conflitos de atribuições institucionais presentes de forma significativa, como nesta primeira década do século XXI. As vitórias localizadas não refletem um plano de ação com premissas e parâmetros de curto/médio prazo, explicitando, principalmente, quantos sítios serão beneficiados, em quanto tempo e com que recursos.

Dentre outros pontos relevantes para equacionar os problemas estruturais dos territórios quilombolas, recomendamos o seguinte:

1. A realização de um censo nacional para a montagem de um perfil demográfico-econômico-territorial;
 2. A definição de um cronograma público da política de demarcação/titulação das terras quilombolas;
 3. A criação de um programa de contenção da mobilidade demográfica nas comunidades com a saída dos jovens para as periferias das grandes cidades brasileiras;
 4. Um planejamento de sustentabilidade territorial básico visando a autonomia econômica da comunidade quilombola;
 5. O monitoramento dos programas atuais de infra-estrutura física nas comunidades buscando evitar o risco da descaracterização da paisagem quilombola;
 6. Uma atenção especial para os riscos da turistificação dos territórios dos quilombolas e da “quebra” da tradição oral nessas comunidades. Por isso, entendemos que esses são, atualmente, espaços geográficos de risco no sistema atual e, portanto, merecem uma atenção/reparação emergencial e permanente.
- Ainda algumas contribuições que fazem parte das atividades do Projeto Geografia Afro-Brasileira: **Exposição Cartográfica Itinerante: A África, o Brasil e Os Territórios dos Quilombos**, inaugurada em Maio de 2000, continua viajando pelo país e exterior na proposta de dar maior visibilidade espacial para esses territórios étnicos. Outro segmento importante são as publicações: **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**, com toda a documentação cartográfica da pesquisa (2000 e 2005) e os volumes da **Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem**, que constituem conjuntos de 12 (doze) mapas temáticos para auxiliar o professor a transmitir informações sobre a geografia da África e a geografia Afro-Brasileira. Outras informações desses produtos podem ser acessadas no site www.unb.br/ih/ciga

Esse estudo tem como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração da situação da população de matriz africana no Brasil.

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer aos geógrafos da Equipe CIGA, Suzana Rabelo, Marina Tedesco, Fabrício Alves, Rodrigo Vilela e Talita Cabral pelo apoio na construção da documentação cartográfica e apoio nos trabalhos desenvolvidos. Agradeço, também, à Mapas Editora & Consultoria pelas facilidades instrumentais colocadas e pelas publicações. Finalmente agradeço a todos os anjos que me ajudam e a todos os orixás africanos.

Referências bibliográficas

- ANJOS, R. S. A. “A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada”. *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22): 12-32, 1989.
- “A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. *Revista Palmares em Ação*. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC. Ano 1 No.2 : 56-66, 2002
- “A geografia, os negros e a diversidade cultural”. Série O Pensamento Negro em Educação – Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106
- “A geografia, a África e os negros brasileiros”. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.
- CARRIL, L. F. B. “Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil”. *AGB Informa* no.67. São Paulo, 1997, p. 6-7.
- “Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2ª. Edição. 2005 – BsB – DF.
- “ Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil”. *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9 (47): 87-98, 1999.
- “Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – Primeira configuração espacial”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 3ª. Edição. 2005 – BsB – DF.
- “Territórios das comunidades quilombolas do Brasil – Segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2005 – BsB – DF.